

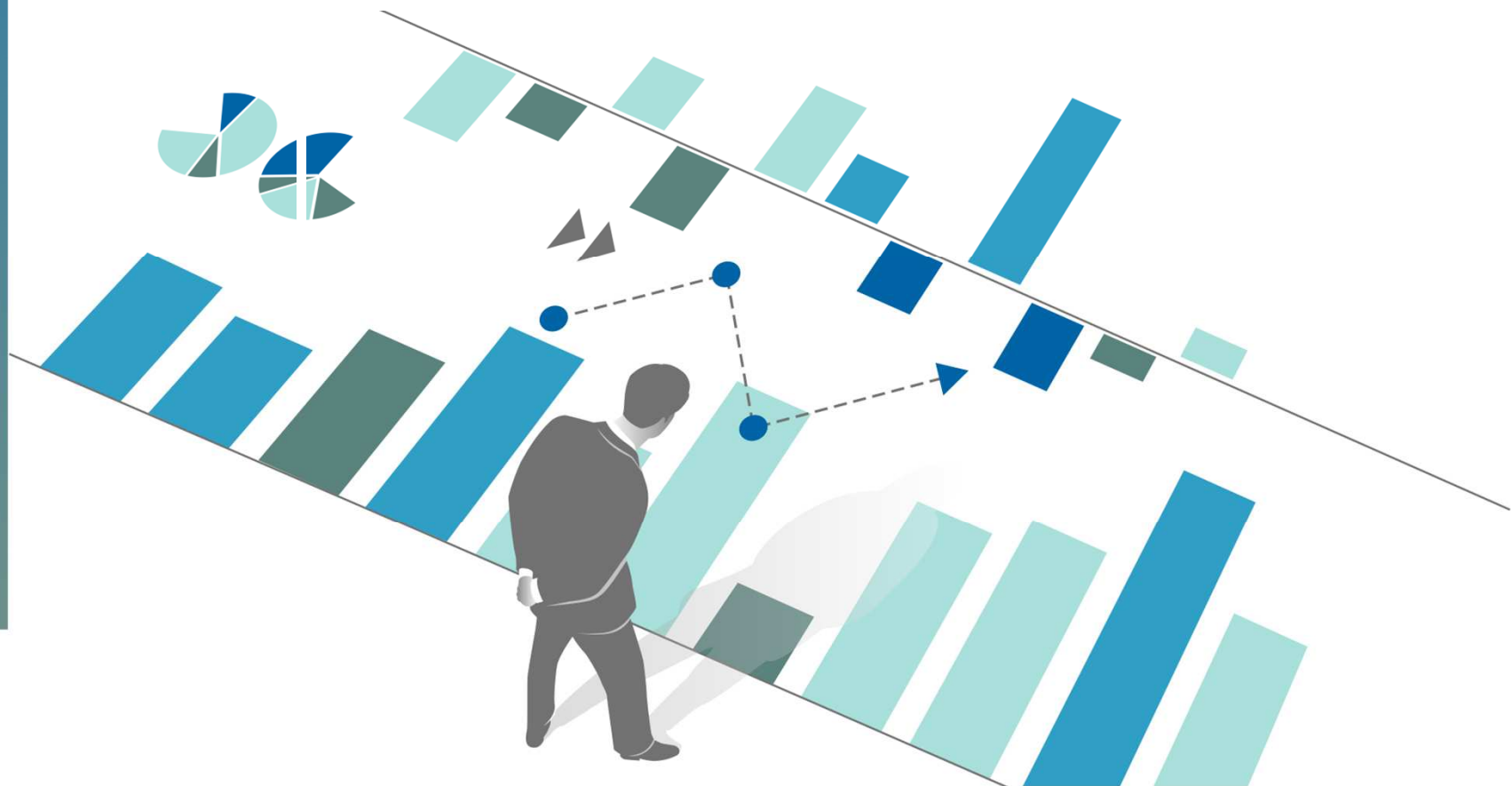
RTN
2019

Maio

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília, 26 de junho de 2019



Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Mai		Variação (2019/2018)		Maio		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	621.572	652.512	5,0%	0,6%	112.763	118.321	4,9%	0,3%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	108.967	120.388	10,5%	5,9%	24.985	27.528	10,2%	5,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	512.605	532.125	3,8%	-0,5%	87.778	90.793	3,4%	-1,2%
IV. DESPESA TOTAL	531.318	549.618	3,4%	-0,9%	102.305	105.533	3,2%	-1,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	3.500	0	-100,0%	-	3.500	0	-100,0%	-100,0%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-15.213	-17.494	15,0%	9,3%	-11.027	-14.740	33,7%	27,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	61.354	62.522	1,9%	-2,1%	4.068	178	-95,6%	-95,8%
Previdência Social (RGPS)	-76.567	-80.016	4,5%	0,1%	-15.095	-14.918	-1,2%	-5,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,6%	-0,6%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	58.175	62.644	7,7%	-2,5%	4.124	169	-95,9%	-
Resultado do Banco Central	-321	-122	-62,1%	-64,3%	-56	9	-	17,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-76.567	-80.016	4,5%	0,1%	-15.095	-14.918	-1,2%	7,4%

Em maio de 2019, o déficit primário foi de **R\$ 14,7 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 11,0 bilhões em maio de 2018** (valores nominais).

No acumulado até maio de 2019 houve **deficit primário de R\$ 17,5 bi**, frente a déficit de R\$ 15,2 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até mai/19: déficit de R\$ 17,3 bi
- Até mai/18: déficit de R\$ 15,9 bi

[illegible]

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mai/19 – IPCA

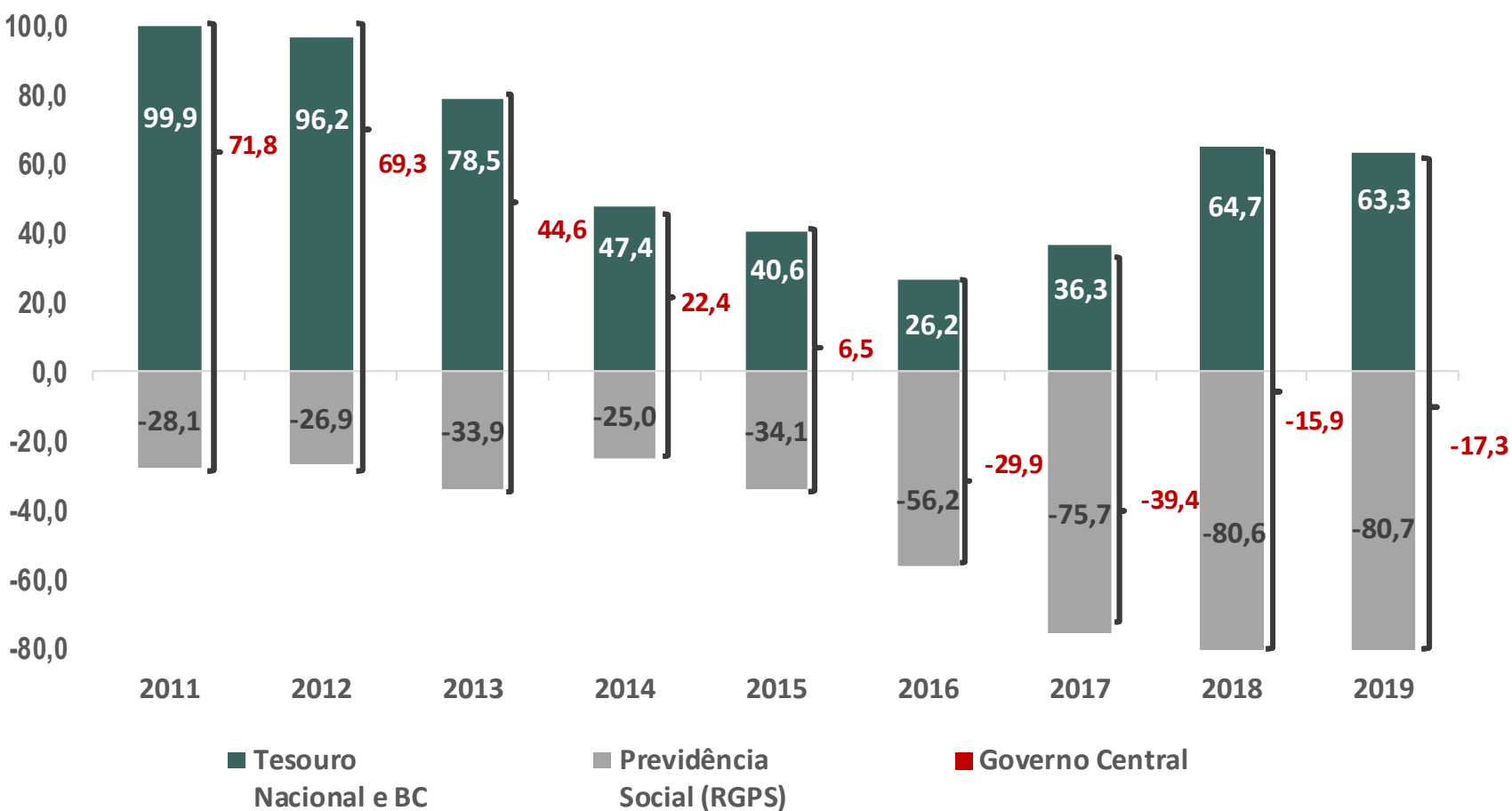


O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 125,2 bi**, equivalente a **1,76% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,92% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mai/19 – IPCA*



Nos primeiros cinco meses de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 80,7 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 63,3 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição maio/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Em maio de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 13,9 bilhões (13,4% do limite de pagamento)**.

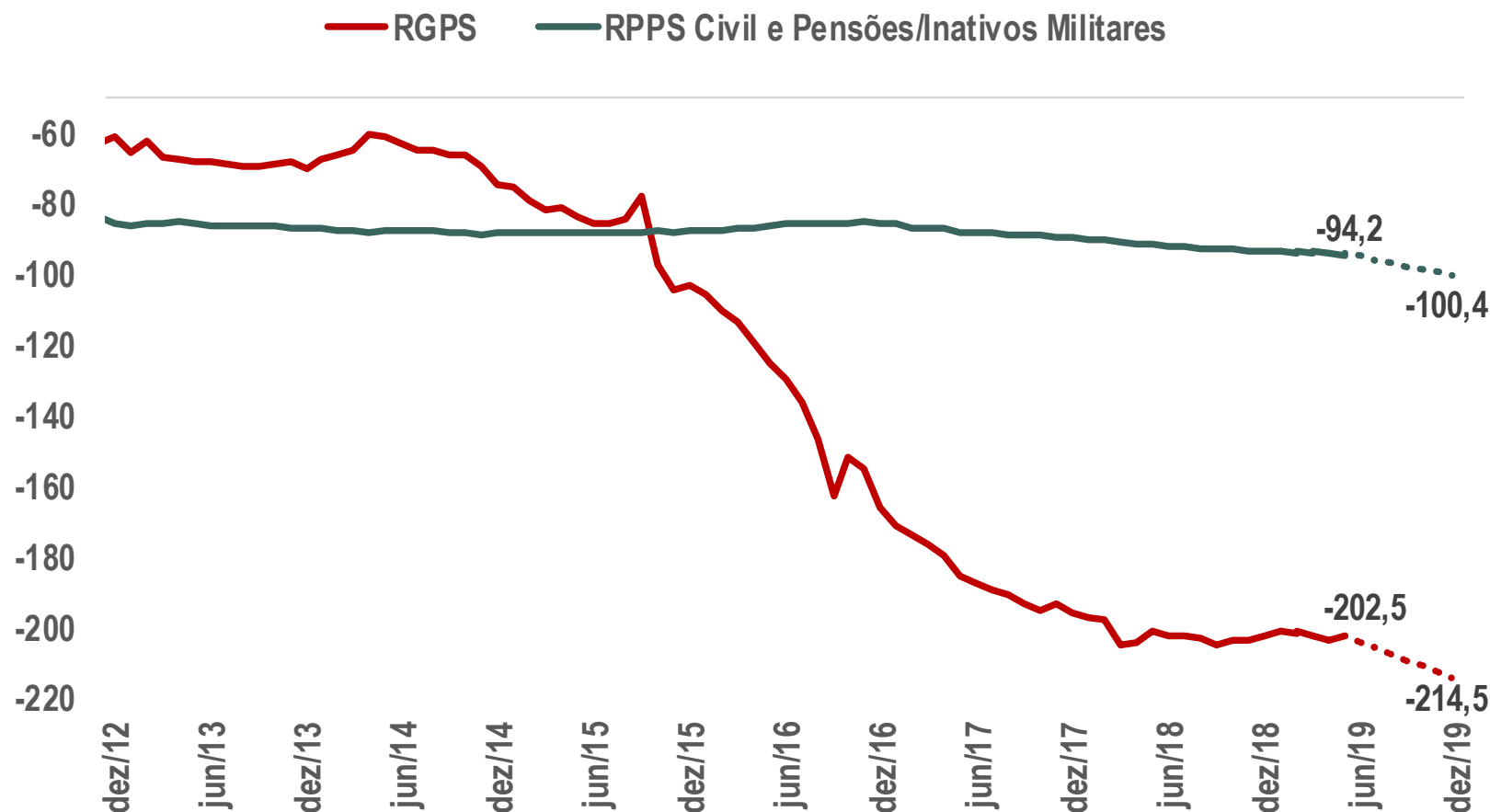
A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Saúde	44,2	40,6	3,6
Emendas Parlamentares	4,5	1,8	2,7
Ministério da Defesa	8,0	6,3	1,7
Ministério da Educação	12,3	10,3	2,0
Demais	34,8	30,9	3,9
Total	103,8	89,9	13,9

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares*
Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de mai/19 - IPCA



Total do déficit
RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 296,7 bi no Governo Central no acumulado em 12 meses até maio de 2019, a preços de mai/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 314,9 bi**, a preços de mai/19 – IPCA, o equivalente a **4,4% do PIB**.

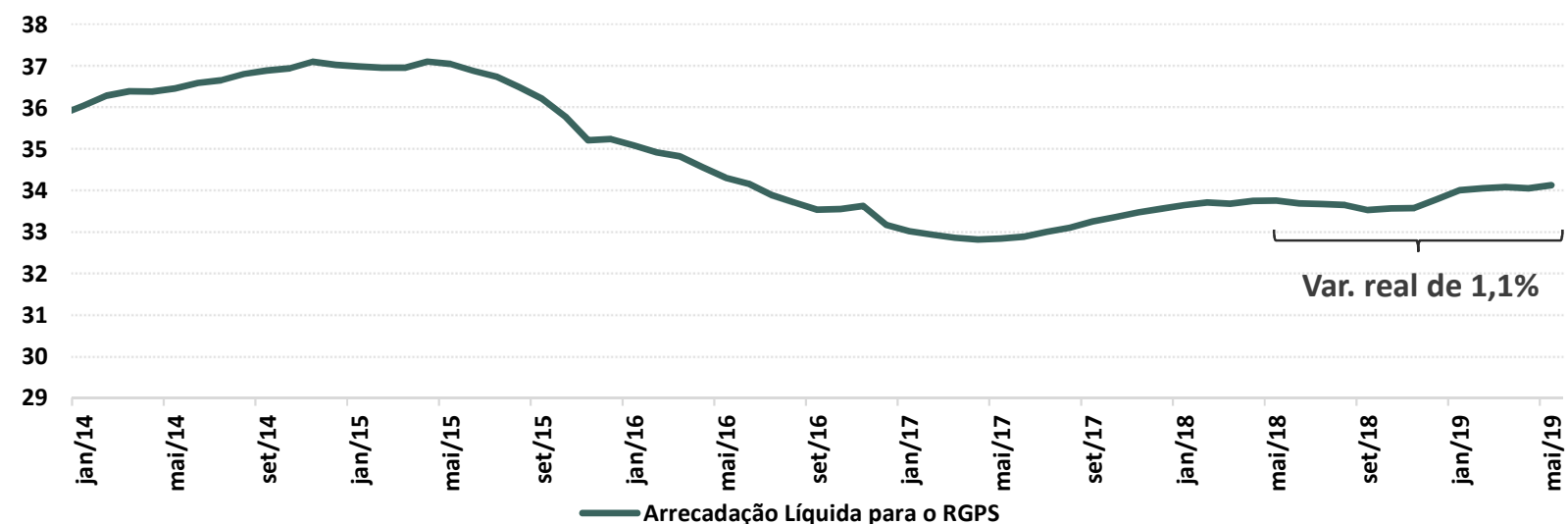
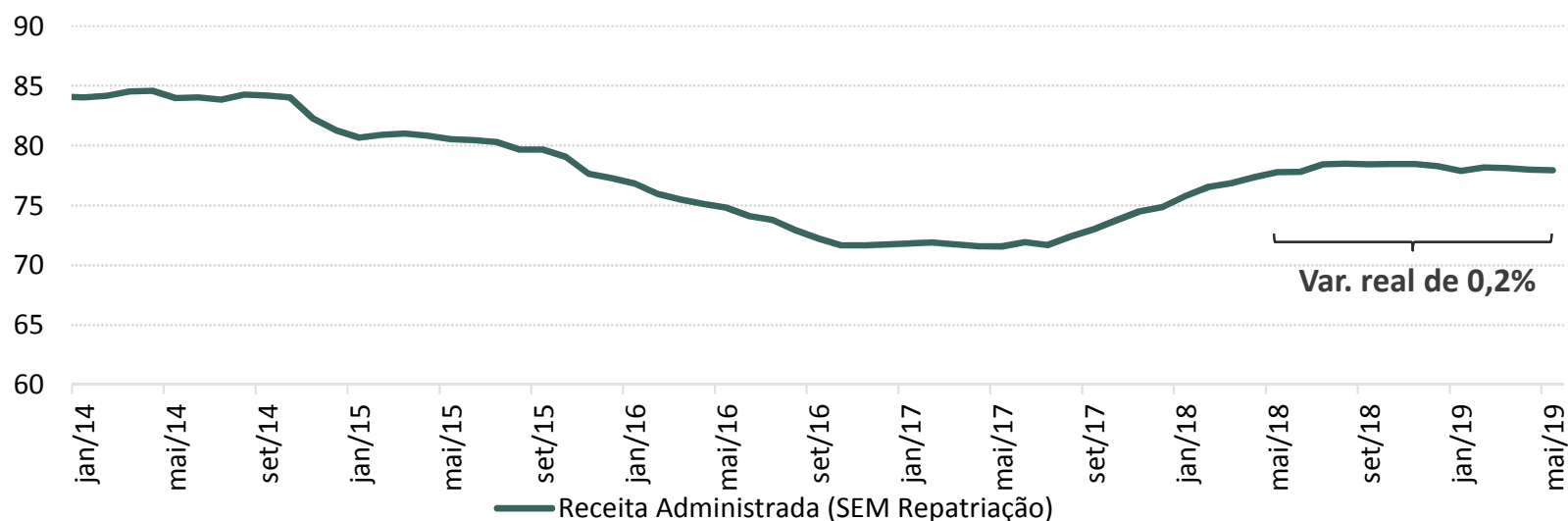
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Receita Administrada pela RFB e Arrecadação Líquida RGPS

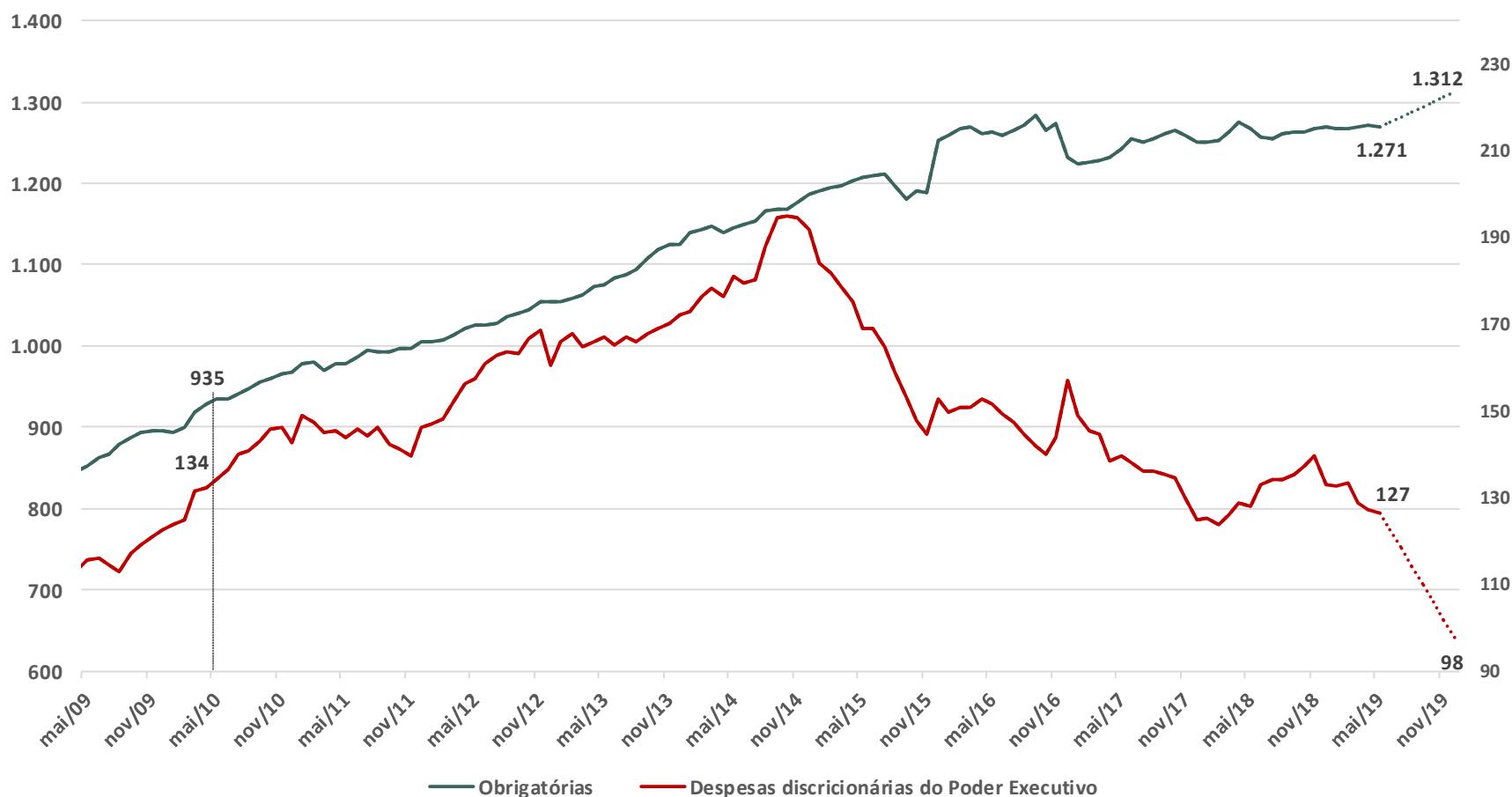
Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de mai/19 - IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB e da arrecadação líquida para o RGPS** mostram **desaceleração na elevação da arrecadação.**

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de mai/19 - IPCA



O crescimento persistente das despesas obrigatórias implicou retorno do patamar das despesas discricionárias aos níveis de fevereiro de 2010 (em termos reais).

Desde maio de 2010, houve redução real de 5,6% das discricionárias, enquanto as obrigatórias cresceram 35,8% em termos reais.

Considerando a reavaliação do 2º bimestre, as discricionárias chegarão a R\$ 97,6 bi no fim de 2019, o que representaria o menor valor da série histórica iniciada em 2009.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Fonte: Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de mai/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Mai		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	559.144,7	554.110,8	-5.033,9	-0,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	239.771,0	243.936,3	4.165,3	1,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	189.048,9	193.015,1	3.966,2	2,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	50.722,1	50.921,2	199,1	0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	125.407,1	126.264,4	857,3	0,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	95.495,1	93.424,9	-2.070,1	-2,2%
Abono e Seguro Desemprego	25.000,2	24.734,9	-265,3	-1,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	24.498,7	24.957,6	458,9	1,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.788,1	2.337,3	549,2	30,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	160,8	2.519,8	2.359,0	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.990,4	5.409,8	-1.580,6	-22,6%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	7.446,7	7.892,1	445,4	6,0%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	5.177,0	4.360,6	-816,4	-15,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13.290,5	13.886,1	595,6	4,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	7.271,8	5.239,1	-2.032,7	-28,0%
Impacto Primário do FIES	1.248,7	587,4	-661,3	-53,0%
Demais	2.622,3	1.500,3	-1.122,0	-42,8%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	98.471,5	90.485,2	-7.986,3	-8,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	56.423,1	55.080,8	-1.342,3	-2,4%
Discrecionárias	42.048,5	35.404,4	-6.644,1	-15,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	111.859,7	104.021,1	-7.838,7	-7,0%
Outras Despesas de Custeio	95.378,3	88.232,3	-7.146,0	-7,5%
Outras Despesas de Capital	16.481,5	15.788,8	-692,7	-4,2%

No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-0,9%). As principais variações foram:

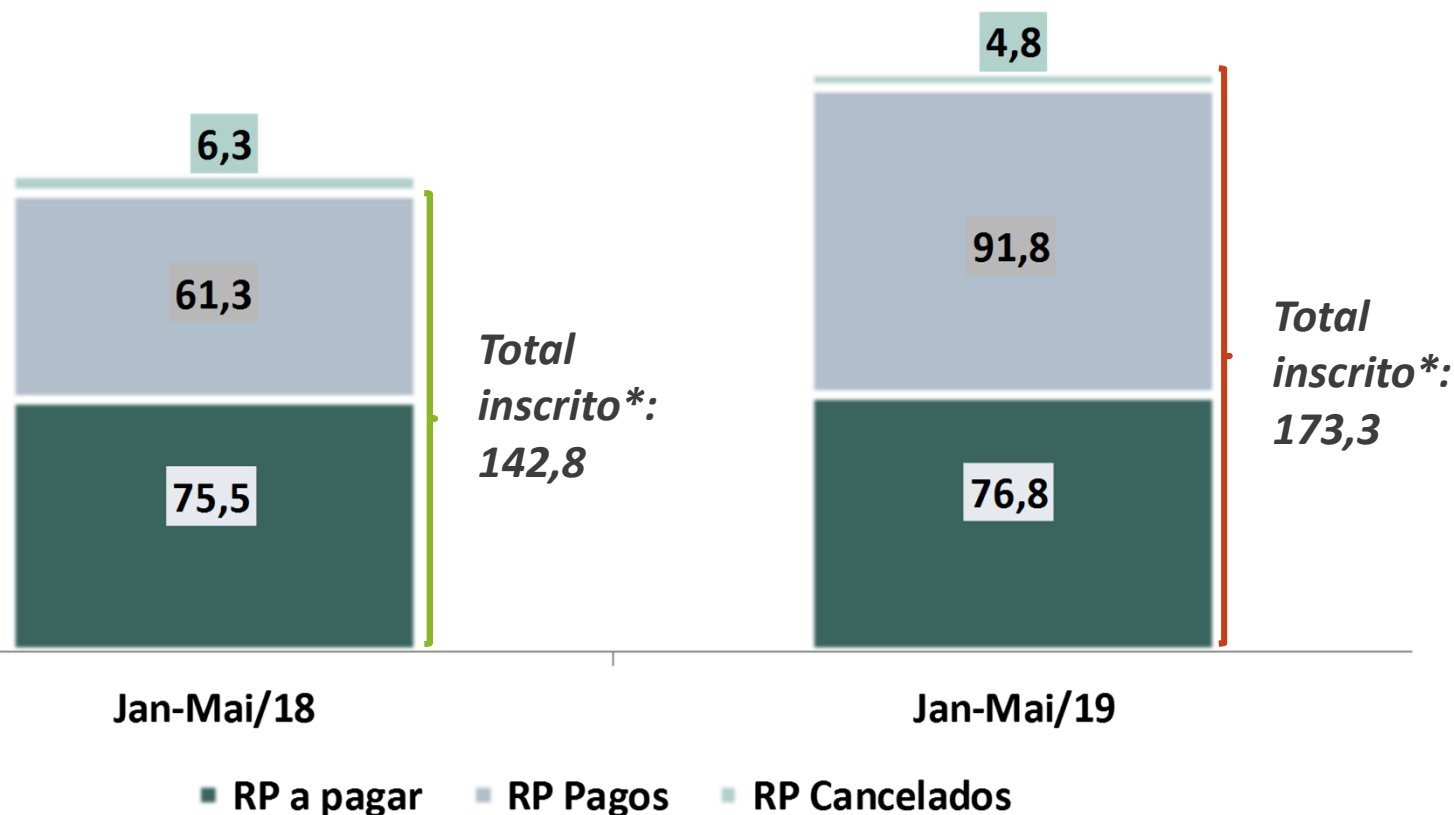
- Benefícios Previdenciários (+R\$ 4,2 bi);
- Crédito Extraordinário (inclusive Diesel) (+R\$ 2,4 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 2,0 bi);
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (- R\$ 1,6 bi);
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,3 bi); e
- Discrecionárias (-R\$ 6,6 bi).

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até maio de 2019 correspondeu a **R\$ 91,8 bilhões**, contra **R\$ 61,3 bilhões** no ano anterior.

Essa elevação de R\$ 30,5 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 76,8 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 75,5 bi em 2018.

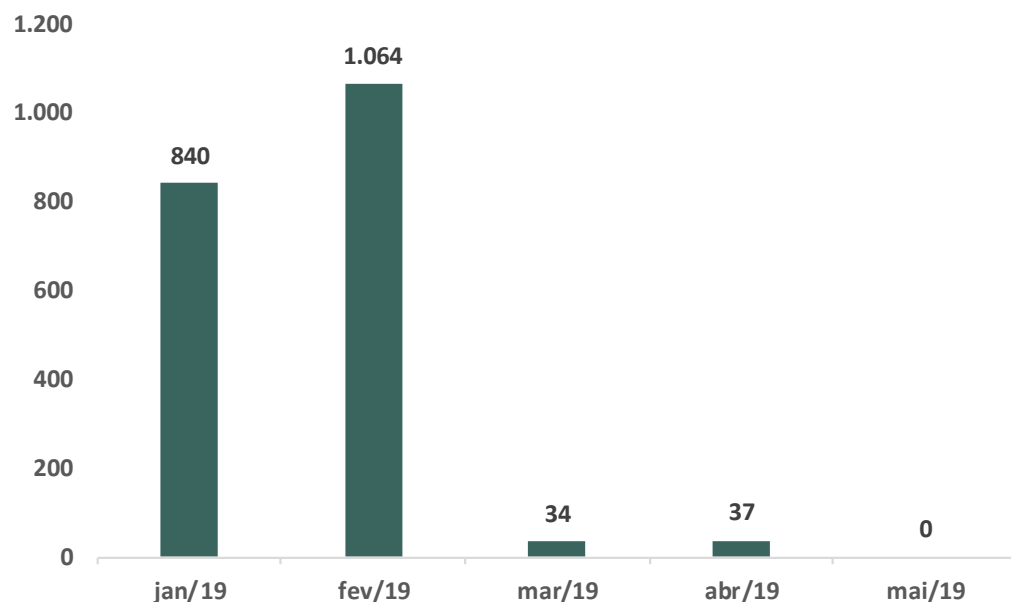
* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/publicacao-2019-02-20-8607791904>

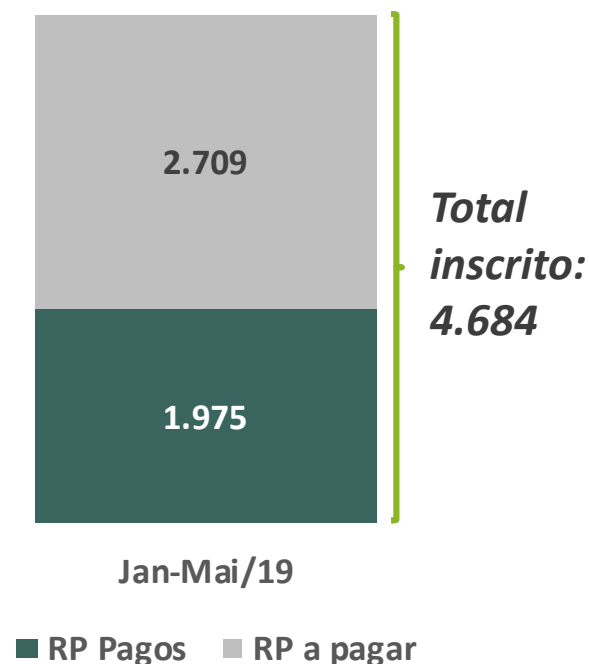
Créditos Extraordinários do Diesel

Execução de Restos a Pagar

*Pagamento da Subvenção ao Diesel
2019 – R\$ milhões – Valores Correntes*



*Estoque de Restos a pagar da Subvenção ao Diesel
2019 – R\$ milhões – Valores Correntes*



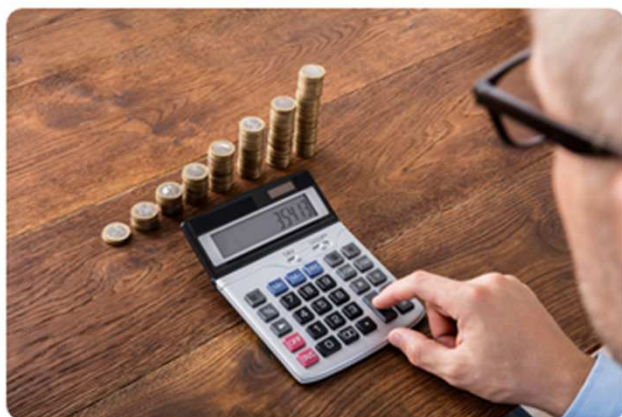
Em 2019, foram inscritos R\$ 4,7 bi de restos a pagar referentes aos créditos extraordinários da **subvenção econômica à comercialização do óleo diesel**.

Até maio de 2019, foram pagos R\$ 2,0 bi do estoque inscrito em 2019, sendo que o fluxo de pagamentos desacelerou significativamente a partir de março. No mês de maio não houve pagamentos e **ainda restam R\$ 2,7 bi de restos a pagar do diesel não executados**.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018



R\$ 1.287.615.634.697,18

Limite para 2019



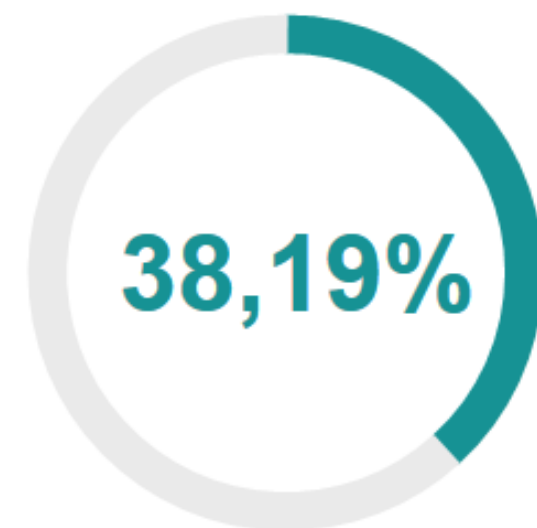
R\$ 1.407.052.612.991,00

Pagamento acumulado em 2019



R\$ 537.313.120.997,90

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Mai		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2018	2019		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	519.279	537.313	3,5%	9,3%
II.1 Poder Executivo	495.664	512.152	3,3%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	4.442	4.766	7,3%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.156	2.299	6,6%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	1.553	1.684	8,4%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	733	783	6,9%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	16.514	17.494	5,9%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	238	272	14,2%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	537	557	3,9%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	4.297	4.557	6,0%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	186	200	7,7%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	2.638	2.860	8,4%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	7.550	7.897	4,6%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.020	1.089	6,8%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	49	62	26,7%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	222	220	-0,9%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	2.437	2.682	10,0%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União	2.409	2.648	9,9%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	28	33	18,5%	20,8%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

15



RTN Resultado do
2019 Tesouro Nacional

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	537.313	1.407.053	38,2%
II.1 Poder Executivo	512.152	1.343.213	38,1%
II.2 Poder Legislativo	4.766	12.419	38,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.299	6.040	38,1%
II.2.2 Senado Federal	1.684	4.329	38,9%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	783	2.050	38,2%
II.3 Poder Judiciário	17.494	44.447	39,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	272	701	38,7%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	557	1.494	37,3%
II.3.3 Justiça Federal	4.557	11.369	40,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	200	543	36,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	2.860	7.486	38,2%
II.3.6 Justiça do Trabalho	7.897	19.963	39,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.089	2.669	40,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	62	222	28,0%
II.4. Defensoria Pública da União	220	576	38,2%
II.5 Ministério Público da União	2.682	6.398	41,9%
II.5.1 Ministério Público da União	2.648	6.307	42,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	33	91	36,6%

Regra de Ouro

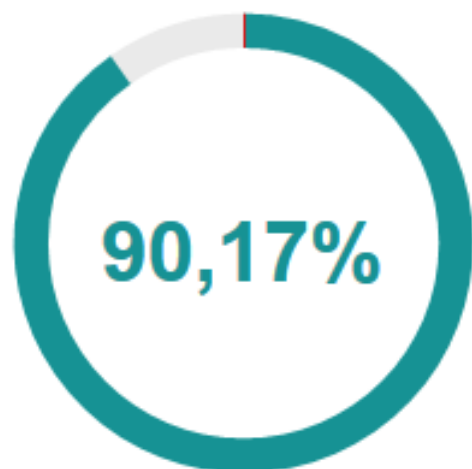
Art. 167 da Constituição Federal

Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês
de referência

mai/19 ▼

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ 102,73

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

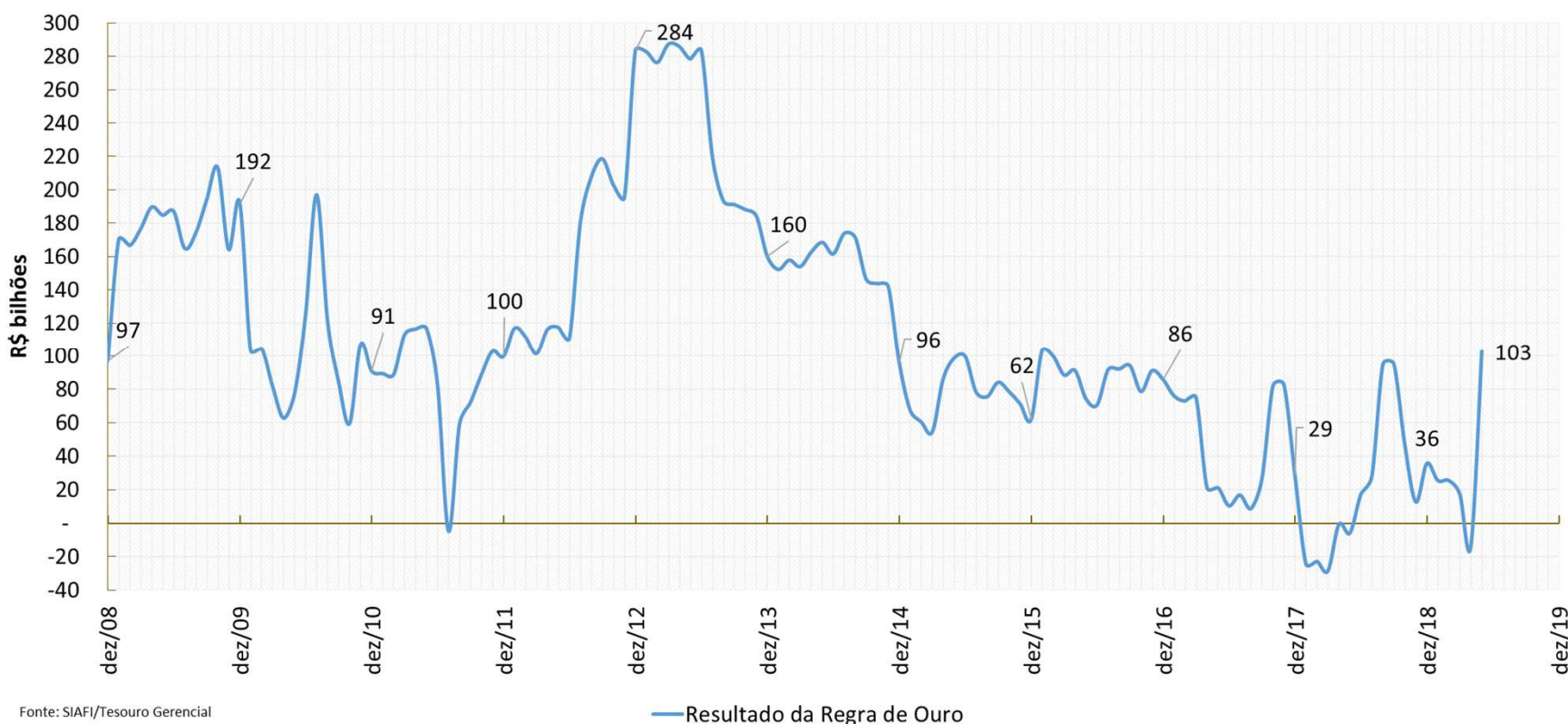
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	127,35	520,64	1.045,25
Receita Considerada	18,00	521,45	942,52
Receitas de Operações de Crédito	81,29	433,52	913,25
(-) Variação do colchão da dívida	63,29	-87,94	-29,27
Resultado	109,36	-0,81	102,73

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até maio/2019, superaram as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 102,7 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2019/ 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2019	2020	
		Sem superávit financeiro (cenário anterior)	Com superávit financeiro* (novo cenário)
Despesas de Capital (I)	812,7	1.002,5	1.002,5
Investimentos e Inversões Financeiras	92,2	111,2	111,2
Amortizações	720,5	891,3	891,3
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b - c)	810,9	1.267,4	1.096,2
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	943,6	1.151,7	1.151,7
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-116,2	-115,7	55,4
Operações de crédito ressalvas (PLN 4/19) (c)	248,9	0,0	0,0
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	1,8	-264,9	-93,7

** Previsão de superávit financeiro de 2018 e 2019, a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020: Resultado do BCB: R\$ 141,2 bilhões; Retorno do BNDES já ocorrido: R\$ 30 bilhões. O superávit a ser transposto para 2020 poderá ser menor caso haja alterações nos cenários de despesas de capital ou frustração em fontes de receitas de 2019.*

Previsão de utilização do superávit financeiro de anos anteriores	2019	2020
52 - Resultado Banco Central	0,0	141,2
59 - Retorno OC (BNDES etc.)	0,0	30,0
Outras Fontes*	14,5	0,0
Total	14,5	171,2

*Fontes: 59 - Retorno de Op. Crédito; 73 - Retorno de Op. Crédito Estados e Municípios; 97 - Dividendos

A **projeção** atual mostra uma **margem de R\$ 1,8 bilhão** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019.

A **aprovação do crédito suplementar** por meio do PLN Nº 04/2019 permite utilizar fontes superavitárias, como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES, para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro em 2020.

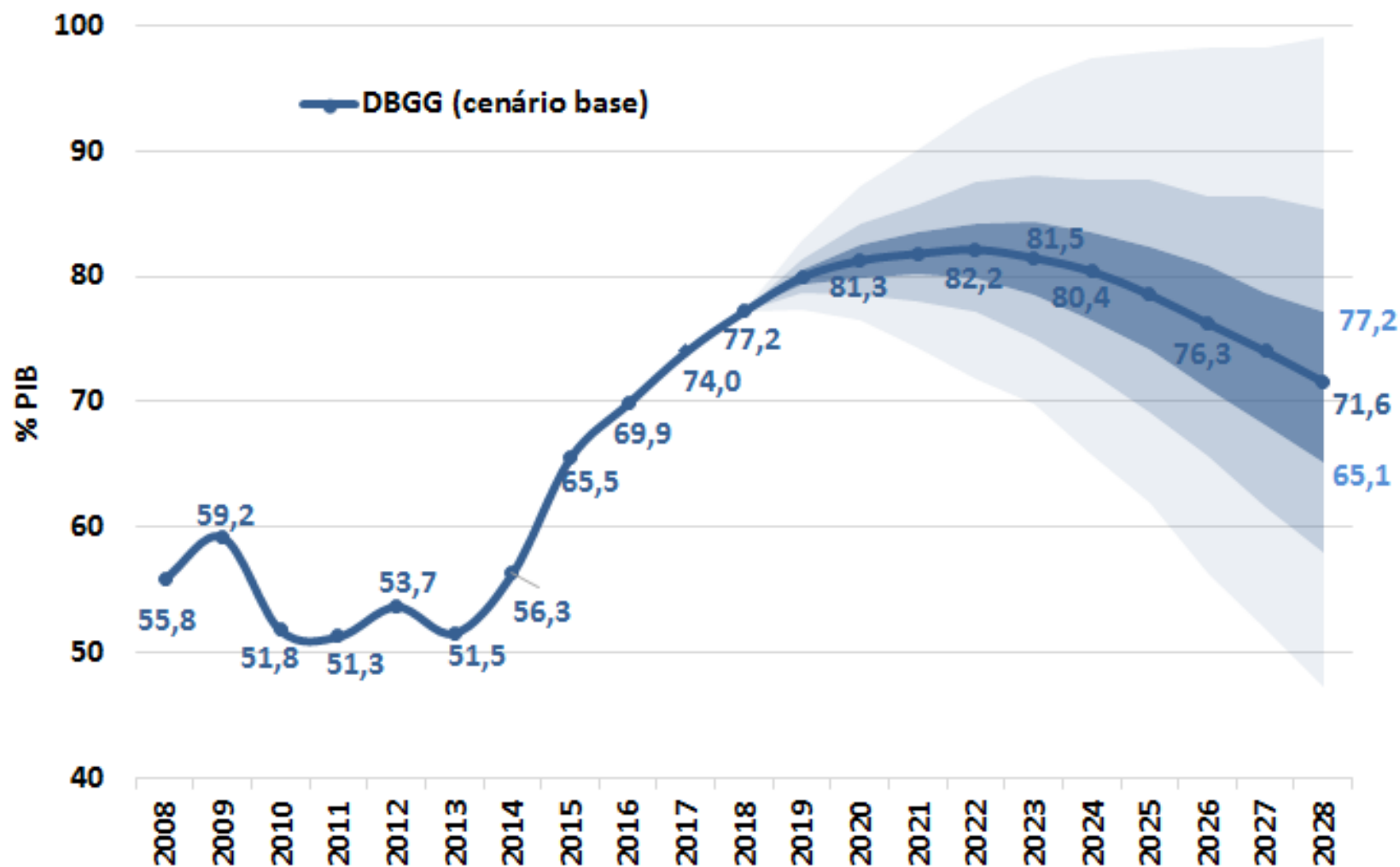
É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

Relatório de Projeções da **2019 Dívida Pública Federal**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional



Perspectivas para a dívida pública brasileira



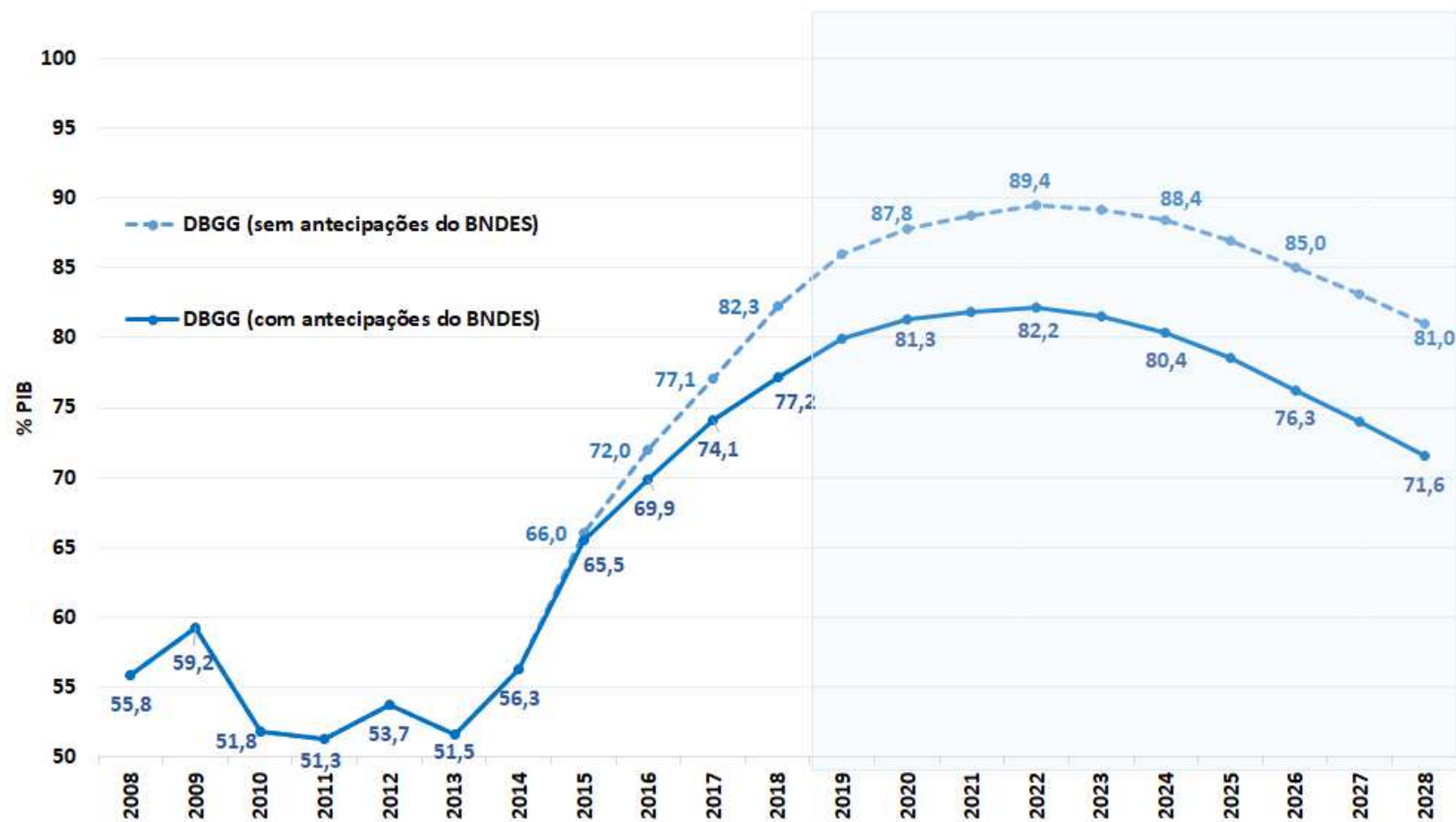
Fonte: BCB e Tesouro Nacional (Projeções).

DBGG: reversão da trajetória de crescimento iniciada em 2014 após alcançar-se o pico de 82,2% em 2022.

Cenário base em consonância com o teto de gastos e a geração de superávits primários a partir de 2023.

Na análise de risco, os 30% dos cenários mais prováveis apontam para uma banda central entre 65,1% e 77,2% em 2028.

Efeito das antecipações já realizadas dos empréstimos ao BNDES



Impacto das antecipações iniciadas em 2015, incluindo repactuação dos contratos em 2018.

Com as medidas, ao fim de 2028, a relação dívida/PIB será 9,5 p.p. menor.

70% se referem aos impactos diretos das antecipações e 30% se referem à economia de juros.

Ainda que as medidas tenham deslocado a trajetória para baixo, a dinâmica de endividamento depende fundamentalmente das medidas de esforço fiscal.

Fonte: BCB e Tesouro Nacional (Projeções e impactos)

* Inclui a antecipação de R\$ 30 bi ocorrida em maio de 2019. O total de antecipações até maio de 2019 foi de R\$ 339 bi.

Esforço primário necessário para patamares inferiores de endividamento ao final de 10 anos

Primário anual adicional (2020-2028), em relação ao cenário base, para níveis de dívida hipotéticos ao final de 2028

Esforço primário adicional	Nível de dívida desejado
0,17%	70%
1,27%	60%
1,82%	55%
2,37%	50%

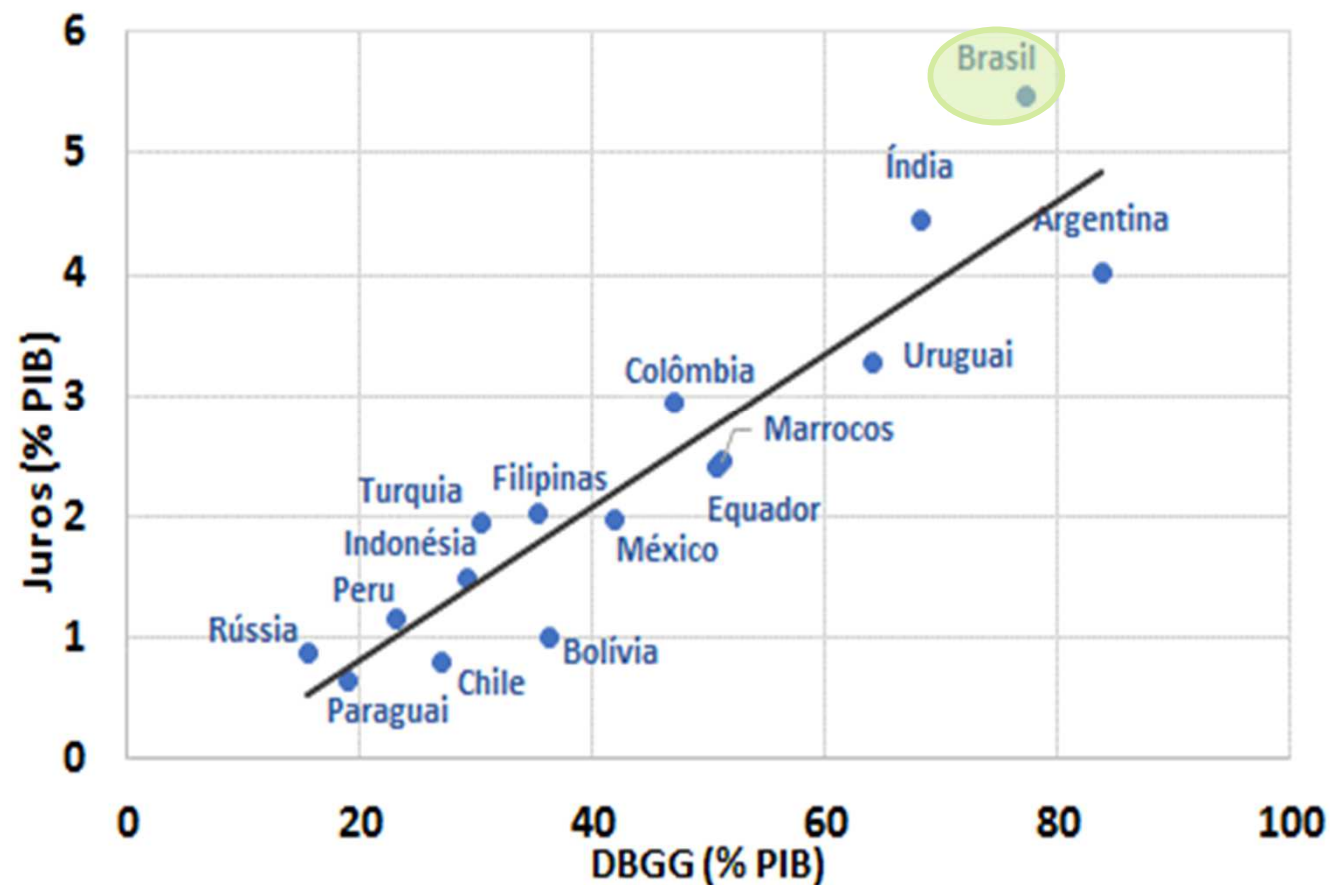
Fonte: STN.

O caminho para a redução do endividamento a níveis de dívida inferiores ao atual passa, necessariamente, pela consolidação do ajuste fiscal em curso.

Como exemplo, para a redução da dívida a patamares de países com grau de investimento, em torno de 50% do PIB, o esforço primário adicional seria de 2,37% sobre o cenário base.

O ajuste pode se dar por aumentos dos resultados gradualmente, na medida em que se materialize espaço fiscal.

Peso da despesa de juros na dívida pública



Fonte: S&P.

* As informações para Brasil podem divergir dos dados oficiais por questões metodológicas. Para efeitos de comparação internacional, manteve-se o número divulgado pela agência S&P.

Em comparação com uma amostra de países emergentes, o Brasil está entre os que mais pagam juros sobre a dívida pública.

Em geral, o peso dos juros cresce com o nível de endividamento.

Caminho para redução do peso dos juros passa pela consolidação fiscal e redução do estoque da dívida, além da criação de condições que permitam manter a estabilidade econômica e o crescimento.

Visite o portal



www.tesourotransparente.gov.br

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

*Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional*